



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete.

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal e do Segundo Secretário, Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, foram eleitos, para o preenchimento das vagas em aberto na Mesa, o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos e Sra. D. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Dr. Simões Saraiva e do Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, que apresentaram justificação, o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, a Sra. Engª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, o Sr. António Correia Dias, o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, o Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca e o Sr. António Maria Jorge, que também justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estava presente a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, que não remeteu justificação relativa à sua ausência

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2006, tendo sido aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de estatutos da Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital.

III – Análise das propostas do Município a apresentar pela Câmara no âmbito do Q.R.E.N. (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e do P.D.R. (Programa de Desenvolvimento Rural).

IV – Apreciação e votação, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal do Quadro de Pessoal em Regime de Emprego Público, do Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e dos Regulamentos Internos do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Recrutamento e Selecção do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Oliveira do Hospital.

Depois de ter dado conhecimento da correspondência recebida, o Sr. Carlos Rocha solicitou que os partidos representados na Assembleia Municipal procedam à indicação, com brevidade, de um elemento para participar na tertúlia “Reflectir Abril”, a emitir em directo através da Rádio Boa Nova, no âmbito das comemorações do 25 de Abril no corrente ano.

Seguidamente, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções, tendo tomado a palavra o Sr. Carlos Mendes para fazer a seguinte intervenção:

“Hoje traz-me aqui apenas um assunto que eu acho que é de extrema importância para o concelho. Neste momento, estamos numa encruzilhada com a questão de pertencermos à Região de Turismo da Serra da Estrela ou à Região de Turismo do Centro. Penso que nós temos todas as características de pertencermos à Serra da Estrela. Acho que devemos tomar uma posição nesta Assembleia Municipal no sentido de que, seja qual for a razão que nos seja imposta para mudarmos da Região de Turismo da Serra da Estrela para a do Centro, termos que fazer alguma coisa para não sairmos daqui.

Eu sei que, durante estes últimos trinta anos, pouco ou nada tivemos da Região de Turismo da Serra da Estrela. A única coisa que nós aproveitámos foi aquilo que nós temos: o cão, o queijo, a Serra da Estrela e o pastor que, no fundo, é a nossa imagem.

E nós, agora, iríamos para onde? Para Coimbra? Com Figueira da Foz, com Coimbra, com todas aquelas zonas que nós sabemos que têm um ritmo superior ao nosso e ficaríamos a “ver navios”...

Penso que devemos tomar uma posição nesta Assembleia Municipal no sentido de não sairmos de forma nenhuma, de maneira nenhuma, da Região de Turismo da Serra da Estrela. Não é neste momento, em que sabemos que o QREN vai ter fundos com uma importância muito maior do que até hoje teve para esta zona, que nos põem fora do nosso *habitat* natural, que é a Serra da Estrela.

Eu punha isto à discussão e, se o Sr. Presidente da Mesa concordasse em trocarmos algumas impressões, eu resguardava-me de tomar uma posição noutros termos. Senão, se acharem que não vale a pena discutir esta questão, eu tomo já uma posição sobre este assunto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes:

“É a primeira vez que a Assembleia reúne este ano. Quando é no final do ano e princípio do outro fazemos sempre votos que as coisas funcionem.

E eu quero dizer, pessoalmente, que tenho algum desencanto com esta actividade. Pensava que seria possível dar alguns contributos mais importantes e que seria possível, de facto, fazermos alguma coisa mais para que este concelho descolasse da situação em que cada vez mais está. E as decisões e a actividade política que vamos assistindo no dia-a-dia deixa-me crer que estaremos aqui quatro anos a hibernar, a deixar degradar aquilo que já não é famoso, o que, de facto, me cria algum desencanto. E equaciono mesmo um dia destes pensar melhor isso, sendo certo que não sou pessoa de desistir e que tenho a noção que represento aqui oitocentas e seis pessoas que, por certo, também não ficariam agradadas com essa atitude. Só por isso é que ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tomei essa atitude.

Relativamente a esta questão da Região de Turismo, eu faço minhas as palavras do Carlos Mendes. De facto, não se compreende... É que esta coisa do Centro, nem sequer... Para uma Região de Turismo até o nome é infeliz porque, normalmente, uma Região de Turismo tem um nome personalizado, que lhe dá referência. E esta coisa do Centro vai do Douro, em termos geográficos, até quase ao Tejo. É uma coisa meia esquisita. Sendo certo que tudo aquilo que hoje se diz é que vai haver verbas mais substanciais. Parece-me que há uma aposta do Governo relativamente à Região da Serra da Estrela. Pelo menos é isso que se conta. Bem sei que, entre aquilo que se faz e a propaganda, há diferenças significativas. Mas, ainda sou daqueles de ir acreditando. Penso que as pessoas, quando são eleitas, estão a pensar fazer o melhor e que quererão fazer o melhor e, portanto, eu acredito que assim seja.

Este meu desencanto vem porque a gente tem vindo, com alguma regularidade, a assistir a questões sociais degradantes, que chocam. Eu também passei algumas dificuldades na minha infância e está a fazer lembrar-me, cada vez mais, o antes do 25 de Abril. E já me interrogo se valeu a pena levantar-me às duas da manhã naquele dia e também me interrogo o que é que, de facto, os políticos querem para estarmos cada vez mais – e digo isto com muita mágoa também – a caminho de situações do que vejo. Confronto-me diariamente com pessoas que se deslocam, agora, trezentos, quatrocentos quilómetros para ir ao médico: da zona da Covilhã estão a ir a Coimbra. Situações que eu pensava que não seriam mais possíveis no Portugal de Abril e que cada vez mais vejo de novo muito parecidas com aquilo que me recordo da minha infância.

Queria também chamar aqui a atenção... Foi proposto aqui na Assembleia de Junho ou de Setembro – até com um elogio bastante eloquente do Sr. Presidente da Assembleia relativamente ao Maestro Fernando Lopes Graça... Na altura foi sugerido – e foi aqui aprovado por unanimidade – a possibilidade de se pôr o nome deste ilustre músico e musicólogo a uma rua de Oliveira do Hospital. Se fosse possível, eu gostaria de saber se há alguma coisa prevista ou não nessa matéria; se esta decisão da Assembleia está a ser considerada pela Câmara e o que é que, efectivamente, está a ser feito nesta matéria.

Ainda quanto a esta questão da toponímia e de irmos colocando o nome de pessoas que, de alguma forma, foram uma referência e um exemplo. É verdade que Oliveira do Hospital já tem o nome, numa rua, do Dr. Agostinho Marques Antunes. Sei que o meu camarada, João Dinis, já aqui há uns três ou quatro anos, aqui falou nesta questão também... O que este Homem diz às gentes de Vila Franca e penso que até do concelho, é nossa opinião que merecia uma rua com maior destaque aquela que tem. Também isto eu deixava à consideração da Câmara para que, logo que possível, considerasse dar o nome deste ilustre cidadão deste concelho a uma rua mais condicente com aquilo que ele representou na nossa região e no nosso concelho.

Finalmente, quero-me congratular pela notícia da eventual possibilidade da ESTGOH vir a instalar-se na ACIBEIRA. Penso que esta Escola fará, necessariamente, parte do desenvolvimento do concelho. Estaremos muito mal se o poder político, o poder empresarial e a Escola não trabalharem em conjunto e espero que, com a melhoria de instalações, comecemos a trabalhar neste objectivo.

Entretanto, o nosso Grupo Parlamentar gostava de deixar aqui algumas perguntas ao Executivo e também algumas recomendações:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Recomendação:

Tendo em conta a especial relevância dos assuntos, recomenda-se ao Executivo da Câmara Municipal que, de forma expedita, diligente junto das respectivas Entidades Oficiais da Tutela para obter informações e/ou explicações, urgentes e esclarecedoras, sobre a situação e as eventuais “alternativas” ou perspectivas mais concretas sobre:

1 – A hipótese de encerramento do SAP e das Extensões de Saúde com menos de mil utentes, do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

2 – A hipótese de encerramento da Zona Agrária de Oliveira do Hospital.

3 – A eventual passagem da ESTGOH para as instalações da ACIBEIRA, informação esta a solicitar, desde já, à Direcção do Instituto Politécnico de Coimbra.

4 – A não aprovação, no âmbito do programa PARES da Segurança Social, da candidatura do Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira para equipamento do Lar de Idosos da Cordinha.

Recomenda-se, ainda, ao Executivo da Câmara Municipal que forneça aos grupos políticos – partidários da Assembleia Municipal as respostas das mesmas Entidades a essas diligências.

Perguntas ao Executivo:

1 – A Câmara admitiu ou não e em que moldes e condições, dois colaboradores, um, para o posto de Internet pública em Oliveira do Hospital e, outro, para o Posto idêntico em Nogueira do Cravo?

2 – Fala-se de mais hipóteses de encerramento de Escolas Básicas no Concelho. Que tem a Câmara para nos dizer aqui sobre este assunto?

3 – Que projectos concretos tem a Câmara para a recuperação dos edifícios das antigas Escolas de Ervedal da Beira? E quando prevê executar tais projectos?

4 – Concretamente, quais são os apoios que a Câmara pensa dar caso venham a ser encerrados o SAP do Centro de Saúde e as Extensões de Saúde com menos de mil utentes?

5 – A Câmara deve estar atenta às prováveis transferências de novas competências por parte do Poder Central. Que informações, que opiniões, que iniciativas tem já a Câmara para nos adiantar nessa perspectiva?”

Terminada a intervenção do Sr. António dos Santos Lopes, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Penso que a recomendação apresentada pelo António Lopes deveria ser para ser votada pela Assembleia. Pelo menos, uma recomendação normalmente tem essa perspectiva. A recomendação é no sentido das entidades da Tutela responderem. Nós não sabemos – se há aqui alguém que saiba, que diga – o que é que a ARS está a pensar fazer com o SAP. Andam a estudar há meses mas ainda não disseram qual é o estudo.

A Zona Agrária de Oliveira do Hospital: no dia nove de Dezembro o Sr. Ministro da Agricultura veio dizer que não estava decidido. Está decidido! Nós precisamos perguntar para saber se fecha ou se não fecha a Zona Agrária e quais as alternativas. O Sr. Ministro da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agricultura diz isto: “vai ficar uma delegação da Sub-Direcção Regional de Agricultura a nível das NUT III, ou seja, num conjunto de quinze ou dezasseis concelhos da NUT III, vai ficar uma delegação aberta. Sabem o que disse o Sr. Ministro da Agricultura? Que o resto vai passar para os Mini-Balcões Verdes, para a Câmara Municipal ou para a Junta de Freguesia. E disse no sítio onde eu estava, a metro e meio dele. A perspectiva é que feche. E o que vier é para perder. Neste contexto, quem disser o contrário está, ou a mentir deliberadamente ou a ser veículo de mentira. O que vier do Poder Central é para as autarquias perderem. Seja o que fôr! Nós ouvimos três Ministros a fazer propaganda na semana passada, a congratularem-se porque o *déficit* vai diminuir seis décimas, mas não disseram que há meses que os organismos de Estado tiveram ordens de não pagar o que devem – inclusivamente à Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira –, e esqueceram-se de dizer que nos últimos três meses – comparativamente ao ano passado – o desemprego neste País aumentou oito e meio por cento. Vale mais seis décimas do que quinhentos mil desempregados para estas políticas de direita que este Governo do Partido Socialista persiste em aplicar no nosso País. E é nesse contexto e não noutra que essas perguntas foram feitas.

Rede Social: no nosso concelho – e para não ir mais longe – na Rede Social de apoio aos mais desprotegidos sobrepõem-se projectos em cima de projectos, entidades que se sobrepõem a outras entidades. Circulam por aí centenas de milhares de euros de dinheiro público, enquanto as pessoas concretas estão cada vez com mais problemas. E o Conselho Local de Acção Social precisa intervir nesta matéria. Isto, de facto, não está operacional. Não é o problema de se gastar dinheiro público; é se isto não está a funcionar em circuito fechado e se as pessoas concretas recebem os benefícios dessas centenas de milhares de euros.

Extracção ilegal de areias: persistem, continuam, ilegalmente desde mil novecentos e noventa e seis, duas grandes lavandarias de extracção – ilegais – junto à Ponte da Atalhada, uma de cada lado do Mondego. A Divisão de Ambiente da CCDRC, há dois anos, tinha instaurado processos jurídicos. Entretanto, dois anos passados, o que é que faz a actual CCDRC? Simplesmente diz que não sabe onde estão esses processos jurídicos. Ou seja, parece que, neste contexto, Portugal está transformado na “Real República dos Areeiros” e que o crime ou a actividade susceptível de ilícito criminal, compensa. E não só estas não são fiscalizadas, seladas, obrigadas a observar a lei, como já estão outras a abrir bem lá ao lado. E não estamos a falar do vizinho concelho de Tábua; estamos a falar do nosso concelho. E, portanto, eu apelo mais uma vez à Câmara Municipal para que, no âmbito das suas competências, não desaproveite nem uma, actue! E até aqui faz falta, de facto, o Observatório do Ambiente e Recursos Naturais, como uma entidade que pudesse ir também trabalhando, no fundo, para preservar aquilo que é nosso e que não pode estar sujeito à delapidação para maior lucro de dois ou três.

Uma outra questão é a rede de caminhos agro-florestais: depois de cada Inverno, a rede fica degradada, em más condições e é este um dos assuntos estratégicos do município. É um assunto estratégico, muito concreto, e é necessário operacionalizar neste Verão, naquela zona da Cordinha – já não falo só da minha freguesia – uma intervenção a sério na rede de caminhos.

A questão da Serra da Estrela e da Região de Turismo: é evidente que, à partida, olhando aqui para a nossa região, faz sentido que Oliveira do Hospital esteja na Região de Turismo da Serra da Estrela. E aí é uma inclinação natural. Mas é preciso ver o que tem estado a acontecer à Região de Turismo da Serra da Estrela. Do ponto de vista pragmático: o Solar do Queijo Serra da Estrela está em Castelo Branco, o laboratório onde se faz a certificação do Queijo Serra da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estrela está em Castelo Branco. O Ministério da Agricultura, nestes anos todos, não aceita sugestões, por exemplo, para que seja obrigatória a certificação da origem do leite com que se faz o Queijo da Serra, o queijo de ovelha da nossa região. Porque é que não aceitam fazer isto? É mais um exemplo. E o que é que está a acontecer com a concessão de zonas turísticas na Serra da Estrela a empresas privadas? Eu, quando vou à Serra da Estrela, a algumas das melhores zonas turísticas, fico com as mãos agarradas na rede, cá de fora, a ver os privilegiados a andar de *ski*. Isto não é a minha Serra da Estrela nem a Serra da Estrela do Figo, por muito que eu goste do Figo como jogador de futebol e das empresas que ele está a fazer, ao que se sabe para concessionar importantes zonas privadas. Isto é que é o turismo da Serra da Estrela? Isto é que é o interesse público. De toda a forma, o que a Câmara poderá dar é uma informação pragmática sobre o que é que o Município já ganhou pelos anos que tem estado na Região de Turismo. E mais: não sabem que a própria Serra da Estrela já está dividida em duas NUT's no próprio QREN? Quem é que fez isso? Quem é que definiu, em Lisboa, o QREN?

Eu tenho também uma proposta que passo a ler:

“Contribuir para clarificar a situação e as perspectivas de:

Planeamento e execução do IC 6 e do IC 7

Recuperação da estrada, Oliveira do Hospital – Felgueira Velha.

O assunto das acessibilidades, e dos IC's em, particular, tem sido dos mais abordados na nossa Autarquia e junto da opinião pública em geral.

Sobre este mesmo tema, também se têm pronunciado governantes da tutela com destaque para o actual Sr. Secretário de Estado-Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações. Recentemente, também a ele se referiu o Sr. Presidente da CCDRC, entidade a quem compete regulamentar e gerir alguns dos mais importantes programas de financiamento público para a região.

Todavia, continuam pouco claras quer a situação actual quer as perspectivas em matéria de planeamento, financiamento e execução destas obras. O nosso Município ainda não sabe, exactamente, por onde vai passar e quando vai passar o IC 6 e ainda menos saberá sobre o IC 7.

Trata-se de uma situação a nosso ver já insustentável e que, de facto, é necessário clarificar junto da tutela, objectivo que também compete à nossa Autarquia Municipal.

Por outro lado, em Julho de 2005, o Sr. Secretário de Estado-Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações afirmava, publicamente, que o seu Gabinete estava a estudar o caso da estrada entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha com o objectivo de decidir uma intervenção nesta via que nós consideramos tão importante como deteriorada e perigosa. Portanto, mais um assunto para esclarecer junto do Governo.

Com o objectivo de melhor intervir para obter os esclarecimentos a que temos direito, propõe-se:

1 – A imediata constituição de uma “comissão” composta por representantes das várias forças político-partidárias com assento na Assembleia Municipal a que, desejavelmente, se deverá juntar representação do Executivo da Câmara.

2 – O envio expedito de um pedido de audiência ao Sr. Secretário de Estado-Adjunto das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Obras Públicas e das Comunicações, especificamente para dialogar sobre a situação concreta já prevista, pelo Governo, para os IC's em causa e para a estrada entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha.

2.1 – Este pedido de audiência deverá ser formalizado, o mais rapidamente possível, de preferência subscrito pela Mesa da Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal.

2.2 – Obviamente, concedida que seja a audiência, a ela deverá comparecer, em representação do Município, a “comissão” agora criada.”

Queria terminar congratulando-me, enquanto oliveirense, dizendo que se fez justiça e felicitar a Direcção da ARCIAL pela aprovação do PARES com que foi contemplada muito recentemente, para ampliação das instalações da ARCIAL.”

Seguidamente, o Sr. João Esteves tomou a palavra para declarar que, relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis para a constituição de uma comissão, e tendo em conta que o processo tem estado a ser liderado pela Câmara Municipal, não considera ser esta a ocasião para a Assembleia Municipal intervir nesta matéria, tanto mais que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem prestado diversas informações sobre o assunto nas sessões da Assembleia Municipal. Assim, prosseguiu, não é a altura ideal para a constituição de uma comissão para o fim em causa, o que poderá vir a ser considerado se os contactos que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver ficarem num impasse. No entanto, continuou, não acredita que tal venha a suceder, dado o empenho que tem havido por parte do Sr. Presidente da Câmara e do S.E. o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, para além de um membro desta Assembleia Municipal eleito pelo Partido Socialista, ter afirmado, na última sessão, que a execução do IC 6 seria uma realidade ainda no corrente ano.

Depois, tomou a palavra o Sr. Engº Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta matéria, também penso que é prematuro este pedido de tomada de posição para a constituição de uma comissão junto do Governo porque penso que há algumas garantias. Neste aspecto, penso que o Sr. Presidente da Câmara concerteza que terá mais elementos do que nós, membros da Assembleia. E digo que é prematuro porque parece que há vontade política para se avançar com a obra. Não sei se já está definido o traçado definitivo – uma vez que, ainda há pouco tempo, havia três alternativas possíveis – , se estão a acontecer estudos de impacto ambiental...

Podemos esperar mais algum tempo porque o Sr. Secretário de Estado já deu a sua palavra e não acredito que esteja de má fé. “

Seguidamente, o Sr. João Dinis interveio para declarar o seguinte:

“Eu acho que, por tudo aquilo que acaba de ser dito, se justifica justamente o pedido de audiência ao Sr. Secretário de Estado. O Presidente da CCDRC, numa entrevista a um jornal da região, disse que não sabe qual vai ser o trajecto, se é QREN nacional, se é no PO regional...

Um deputado diz aqui que garante? Mas, isto está enfiado. Então, a Câmara Municipal, a instituição, a autarquia, não tem essa informação do Governo? Os compadres da política é que sabem os segredos da política? Isto é grave! Do ponto de vista da transparência e do funcionamento democrático, isto é inadmissível. Mas é, de facto, prática deste Governo. E o que faria se não fossem democratas! A autarquia tem respostas escritas do Governo mas, depois, vem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um elemento do Partido Socialista dizer que garante, que vai ser... Como é que ele sabe e a autarquia não sabe? Então, o Governo já se substituiu ao Estado? Isto, do ponto de vista do funcionamento democrático e transparente, é grave e um sintoma que, só por si, nos deve “pôr a pau”!

Se eu ler aqui as declarações do Sr. Secretário de Estado de há dois anos, não tenho outra opção senão pôr em causa aquilo que ele diz. Perante o que afirmou e perante o que não está feito na estrada entre Oliveira e Felgueira, eu só posso duvidar daquilo que diz o Sr. Secretário de Estado. Ele que me prove o contrário.

Quando se propõe isto é para que não sejamos nós, no Município, os últimos a saber.”

Seguidamente, posta à votação a proposta apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis, foi a mesma reprovada, com vinte e três votos contra, cinco votos a favor e seis abstenções.

Depois, o Sr. Eng^o Carlos Maia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria falar de alguns casos que foram ultimamente noticiados na comunicação social, de declarada exclusão social ao nível do concelho. Eu penso que, quando se “atiram pedras” e se ataca o Governo pelas questões sociais, pela falta de atenção do social, em primeira mão temos que “fazer o trabalho de casa”. E penso que o “trabalho de casa” está a ser mal feito.

Eu fui das pessoas que me vangloriei quando apareceu novamente um novo meio de comunicação social neste concelho. Por estranho que pareça, depois deste órgão de comunicação social aparecer novamente, os casos estão a aparecer dia-a-dia, semana-a-semana.

Eu pergunto: o que é que a acção social concelhia anda a fazer no terreno? Esta é que é a questão. Antes de irmos para outros patamares de ataque a nível governamental e não só, temos que saber o que é que se passa dentro da nossa casa e a nossa casa é este concelho. Eu espero que, também nesta matéria, a culpa mais uma vez não “morra solteira” como tem “morrido” noutros aspectos. Nós estamos a falar de técnicos. E já tem havido problemas aqui neste concelho, noutras matérias, em que os técnicos têm sido responsabilizados até pelo próprio Presidente da Câmara. Portanto, esta culpa não pode “morrer solteira”, como as outras têm morrido...

Eu pergunto: um técnico ou uma técnica da acção social, pago por todos nós, pela Câmara Municipal, não tem que ter o cuidado – é o mínimo que se exige – de fazer bem o seu serviço? Não me venham querer dizer que um técnico não é capaz de fazer uma coisa tão simples e tão essencial como, freguesia a freguesia deste concelho, chegar junto de cada Presidente de Junta de Freguesia e solicitar informação sobre os casos prementes que tem de exclusão social ou de pessoas que estejam a viver em miséria extrema. Eu não acredito que nenhum Presidente de Junta que se preze não tenha conhecimento destes casos.

Portanto, não aceito, não compreendo e não entendo como é que estes casos estão a aparecer na comunicação social e como é que uma família afirma que há anos que foram lá os técnicos da Câmara para fazer o levantamento para a execução de obras na sua casa e que, até hoje, nada foi feito. Isto não pode acontecer neste tempo! Quando já se fala em tecnologias avançadas, em incubadoras de empresas, parques tecnológicos, por outro lado assistimos, no dia-a-dia, a casos destes. Isto não pode nem deve acontecer.

Senhor Presidente da Câmara, desculpe que lhe diga mas, ou os seus técnicos de acção



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

social andam muito distraídos ou então não sei o que é que se passa nesta matéria. E sobre isto gostaria de ouvir a sua opinião.

Quanto à questão da Região de Turismo da Serra da Estrela, quero exprimir a minha opinião: como beirão que sou, nascido nestas terras da Serra, não me importo que me chamem serrano – porque o sou, apesar de não ter nascido lá no meio da Serra – e tenho muito orgulho em ter nascido a ver as ovelhas junto da minha casa. Tenho muito orgulho em dizer que sou da Serra da Estrela, que sou serrano, que sou de Oliveira do Hospital, que pertença a esta Região de Turismo, que é um marco e uma marca. Que marca é que nós temos de Coimbra? Que marca é que nós temos da Figueira da Foz? Que marca é que nós temos de Mira? Que marca é que nós temos, seja de onde fôr, do litoral? Temos alguma marca, alguma referência? Mas temos referências da Serra da Estrela. Somos todos daqui, nascemos aqui, nas abas da Serra, não somos de outro lado.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino:

“Hoje gostaria de trazer aqui um assunto que veio na imprensa local e regional, através de notícias que davam conta da possibilidade de, no antigo Centro de Negócios da ACIBEIRA, vir a ser instalado um *campus* universitário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, assim como uma incubadora de empresas e um parque tecnológico.

Na minha opinião e sem qualquer tipo de dúvidas, se este projecto se concretizar, será uma mais-valia para o nosso concelho e para o seu desenvolvimento futuro. E fará com que a ESTGOH tenha futuro, o que, neste momento, apresenta algumas dúvidas até porque, como se sabe, as escolas superiores situadas no interior do País precisam ter qualidade acrescentada para atrair alunos. Isto é, comparadas as nossas escolas com as das cidades, estamos em desvantagem porque, geralmente, os alunos optam pelos grandes centros urbanos. Além disso, neste momento, o ensino superior encontra-se com um número reduzido de alunos, o que fará com que muitas escolas superiores possam fechar a nível do País. Isto que estou a dizer não é nada de novo, é a constatação de factos.

E todos precisamos ter a noção disto: é que com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão poderá no futuro, se não tiver estrutura para ter alunos, acontecer como nas escolas do primeiro ciclo, que vão fechando. E a ESTGOH, na minha opinião, pode ser um pólo de desenvolvimento. Na minha opinião, este projecto terá que ter o apoio de todos e, mais importante do que ser um projecto dos partidos, é ser um projecto de pessoas e dos habitantes do concelho de Oliveira do Hospital, já que visa o desenvolvimento do nosso concelho e poderá fixar jovens na nossa região.

Na minha opinião – e como há uma intenção do Instituto Politécnico e do seu Presidente – é fundamental agarrarmos esta oportunidade. E também sei que o Sr. Presidente da Câmara Municipal – e não foi ele que me disse – também tem desenvolvido contactos para que esta realidade venha a acontecer, contribuindo com a sua intervenção e com a sua parte.

Este projecto poderia, há uns anos, não ter hipótese de se fazer mas, agora, há verbas para isso. Eu gostaria de mostrar aqui o Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Programa Operacional do Centro 2007-2013, que prevê, no seu Eixo I, “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, quinhentos e setenta e sete milhões de euros para aplicar na zona centro. E diz aqui, também, que as linhas de acção são: áreas de acolhimento para inovação empresarial,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parques tecnológicos, incubadoras e parques de ciência e tecnologia. Por isso, não admito de outra maneira e de modo nenhum, que o Partido Socialista, ao nível do concelho de Oliveira do Hospital, não apoie, naquilo que puder, esta pretensão de criar as instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. E os responsáveis do Partido Socialista aqui no concelho, sem dúvida nenhuma, têm a responsabilidade de lutar por isto, porque o Governo, neste momento, é do Partido Socialista.

Outro problema que se põe é o problema da deslocalização da Escola Superior de Oliveira do Hospital para Lagares da Beira. E, para mim, é um falso problema. Problemas é quando as empresas vão daqui para o leste porque os nossos empregados e as nossas gentes ficam sem emprego. Mas, passar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão para Lagares da Beira é um falso problema. Penso até que, com esta solução, se resolvem dois problemas complexos do concelho: um é o “elefante branco” da ACIBEIRA; outro é o das novas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Lagares da Beira dista apenas seis e meio, sete quilómetros de Oliveira do Hospital, demorando-se apenas seis minutos. Por isso, não me parece que seja esse o problema.

E gostaria ainda de lembrar que Lagares, assim como a Cordinha, faz parte do concelho de Oliveira do Hospital e não do Carregal do Sal. Para alguns “iluminados” deste concelho parece que Oliveira tem que ser o centro e o resto não tem o direito de se poder desenvolver. Pelo contrário, na minha opinião, devem desenvolver-se todas as zonas periféricas e sobretudo o próprio parque industrial da Cordinha, que também poderá vir a ter uma forte ligação à ESTGOH, se ficar ali localizada.

É uma questão de possibilidades, de muito trabalho, de planificação e, na minha opinião, de muita motivação porque este projecto não depende da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital terá uma quota-parte, que terá que desbloquear. Por isso, como eu disse e reafirmo, o Partido Socialista, em termos concelhios e distritais, terá que apoiar, sem reservas, esta solução já que, na minha opinião, é uma das melhores ideias dos últimos tempos neste concelho.

Para finalizar, hoje também gostaria de deixar aqui uma palavra de agradecimento ao ex-Director Francisco Neves, que foi exonerado mas que foi ele que fez a abertura desta Escola. Não tive grande convivência com ele mas percebi que a Escola tinha alguma qualidade e parece-me que foi um Homem capaz de instalar e de se sacrificar pela Escola. Por essa razão, gostaria de dizer aqui e dizer ao futuro Director, Dr. Nuno Fortes, que me parece que este projecto “tem pernas para andar”, sobretudo pelas declarações que fez o Presidente do Instituto Politécnico e que disse isto sobre o novo Director da Escola Superior: “é uma pessoa com perfil para os novos desafios que se avizinham e que são bastantes”; “é uma pessoa muito reputada com experiência e com conhecimento da instituição”.

Se o Presidente do Instituto Politécnico diz que há razões para novos desafios, penso que este talvez seja o maior.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. João Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Como é do conhecimento público, foi publicada a lista dos serviços nocturnos a encerrar no País – ao todo, salvo erro, dezassete – e, felizmente, não consta o de Oliveira do Hospital.

Creio que quem, como eu, esteve numa reunião com o Prof. Doutor Fernando Regateiro,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ihe ouviu a afirmação categórica de que todos os S.A.P. são para encerrar, incluindo o de Oliveira do Hospital. Havendo essa intenção, estando consignada nos desígnios do Governo, o facto de não constar agora nesse mapa de serviços a encerrar, é, efectivamente, uma derrota do Dr. Fernando Regateiro, uma derrota daqueles que defenderam o encerramento do S.A.P., nomeadamente o Governo, e é, conseqüentemente, uma vitória – que se deve aplaudir – da população do concelho de Oliveira do Hospital e das forças, nomeadamente autárquicas, que se empenharam no combate a esse “malfadado” desígnio.

Mas, relativamente a todas estas questões da saúde, também há desenvolvimentos positivos. Falo concretamente da reunião que as Juntas de Freguesia de Meruge, São Sebastião da Feira e Vila Franca da Beira tiveram com a Sra. Directora da Sub-Região de Saúde de Coimbra, a pedido do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. Esta reunião, que tinha como primeiro objectivo, comunicar-nos o encerramento dos postos avançados de apoio a idosos, acabou por ser uma reunião de grande diálogo e altamente produtiva. E dela resultou que, nos próximos seis meses, estes serviços não vão encerrar. E a alternativa que se delineou vai resultar claramente em benefício dos utentes, nomeadamente com a possibilidade de terem consulta duas vezes por semana (era duas vezes por mês), de terem apoio domiciliário e, também, de poderem recorrer, com regularidade, ao serviço de consulta normal.

Creio que foi uma boa reunião e que prova que, quando se dialoga, quando não se está de má fé ou de “ideias feitas” nas reuniões, elas podem resultar produtivas. O que constatámos é que a Sra. Directora da Sub-Região de Saúde de Coimbra desconhecia praticamente em absoluto a realidade dos postos avançados de apoio a idosos. E, pelas informações que foram prestadas, pelo diálogo que se travou, percebeu que, do ponto de vista social, esta é uma realidade muito importante para as populações que abrange. E foi sensível a isso.

Uma outra conclusão que podemos tirar – e isso também ficou mais ou menos provado nessa reunião – é que o encerramento dos postos avançados de Meruge, de Vila Franca e de São Sebastião da Feira não vem melhorar, em nada, o serviço, nem vem reduzir as despesas na sua prestação. De qualquer maneira, registo esta abertura, o que quer dizer que nem toda a gente “enterra a cabeça na areia”.

Sobre a questão que foi suscitada relativamente à Região de Turismo, não tenho grande opinião sobre ficar na Região de Turismo do Centro, da Serra da Estrela ou noutra. O que eu sei é que, quer a Região de Turismo da Serra da Estrela, quer a Região de Turismo do Centro são absolutamente inoperantes, limitando-se a desempenhar um papel quase decorativo. Que iniciativa concreta tem a Região de Turismo da Serra da Estrela de promoção da Serra, de promoção da região? Não há nenhuma. E igualmente se pode colocar a pergunta para a do Centro: que iniciativas concretas tem de promoção da região? Essas iniciativas normalmente partem das autarquias, das associações empresariais, das colectividades; nunca dessas Regiões de Turismo. E até acontecem estes casos paradoxos: a Região de Turismo da Serra da Estrela tem, desde a primeira edição, sido convidada para participar na Feira do Porco e do Enchido e nunca se dignou sequer responder a um ofício!

E, na minha opinião, o que falta de facto é um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para a região, que englobe a Serra e todos os concelhos limítrofes. O Plano Estratégico que foi promovido pela Universidade da Beira Interior tem algumas coisas boas mas é um “atentado” porque enferma logo de um erro básico: defende, como prioridade para o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento da Serra da Estrela, a abertura de estradas. Inclusivamente, defende que o IC 37 passe no meio da Serra! É algo absurdo, que contraria todos os cânones do desenvolvimento turístico. A Serra tem que ser defendida e, para ser tal, tem que ser impedido o acesso dos automóveis ao maciço central. Tem que ser defendida nessa base, criando meios alternativos que não poluam, que não exerçam pressão humana sobre a Serra. O turismo desenvolve-se valorizando o património e as iniciativas. Mas também faz falta, a nível do nosso concelho, um Plano de Desenvolvimento Turístico, que aproveite todas as potencialidades que temos e que as promova de forma consequente e não de forma aleatória e esporádica.

Relativamente à questão suscitada aqui pelo Eng^o Carlos Maia: sinceramente, creio que foi uma intervenção “infeliz” que fez sobre os problemas sociais do concelho. “Infeliz” nesta medida: creio que não é possível fazer a culpabilização dos técnicos pelos problemas sociais que existem no concelho. Isto é um absurdo, para além de ser perfeitamente injusto. Os técnicos é que têm a culpa dos problemas sociais que se passam no concelho? É anedótico. Se houver um problema social na minha freguesia, eu sinalizo esse problema. Eu penso que todos os Presidentes de Juntas fazem isso: indicam-no a quem de direito porque não se pode vir aqui pretender culpar os técnicos municipais e desculpabilizar o Governo. O Governo reduziu, a nível da Segurança Social, as dotações para a inclusão de técnicos, nomeadamente nas Comissões de Protecção de Menores. As Comissões de Protecção de Menores têm cada vez menos técnicos porque não há dotação para isso. E vão-se culpar os técnicos municipais pela essência dos problemas? É um técnico para vinte e uma freguesias...

Creio que não foi justo e não atacou o problema na medida em que devia ser atacado.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Dr. Manuel Fabrício que fez a seguinte declaração:

“Ao longo dos últimos anos temos vindo a ser convidados, com uma certa frequência, para assistirmos à abertura de exposições e lançamentos de publicações que a Câmara edita ou apoia. São exposições de artistas plásticos do concelho ou com ligações a Oliveira do Hospital a mostrarem a sua produção de arte e isso é um acontecimento cultural relevante.

Os livros, nos seus variados géneros literários, são janelas de cultura, a mostrarem o concelho nas suas facetas de realçar as belezas ou a vida de antanho das nossas gentes.

A organização destes eventos têm merecido muito empenhamento por parte da Câmara Municipal. Primeiro na pessoa do Sr. Presidente, com o seu sentir e a sua vontade em valorizar fenómenos e trabalhos de carácter eminentemente cultural, segundo, na pessoa da Vereadora da Cultura a organizar com dedicação e mestria todo o trabalho da publicação e apresentação do espectáculo. Sim, é sempre com um espectáculo que se apresentam estes eventos. São convidados outros artistas a participar na Festa e a valorizar o seu trabalho de arte que desenvolvem nas suas associações. São actuações em concerto de ranchos folclóricos e etnográficos, orquestras ligeiras de adultos e de jovens, tunas, corais polifónicos, filarmónicas, representações de teatro,... Temos ainda contadores de histórias, declamadores, cantadores, apresentadores de livros, ... São espectáculos de animação cultural a merecerem a nossa participação e o nosso empenhamento para muito mais gente, sobretudo os jovens, possa beber deste saber cultural e enriquecer o seu património de sabedoria.

Uma das nossas missões de autarcas eleitos é valorizar o saber das nossa gentes e, levá-las ao espectáculo, promovendo com entusiasmo a sua participação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também tenho notado que os meios de comunicação pouco se interessam por este género de acontecimentos. A cultura, o saber, é um património dos mais relevantes na promoção individual. Valorizamos muito, normalmente, actividades ligadas ao desporto, porque valorizamos a competição, valorizamos o resultado dessa competição. É nosso dever implementar a via cultural para enriquecimento e valorização das pessoas. Quanto mais cultas, maior e melhor será a participação das pessoas na vida comunitária. Diz o ditado: “O saber não ocupa lugar” e “Quanto mais, mais”.

No passado dia 27 de Janeiro teve lugar, na Casa da Cultura, mais uma apresentação de um livro que nos revela acontecimentos sobre a vida do concelho de Oliveira do Hospital, nos já longínquos anos de 1911 a 1918. É um livro de história onde foi estudado o tema – Vida quotidiana, festas e sociabilidade.

O livro faz uma mostragem de como se desenrolava a vida no dia-a-dia das pessoas, as principais riquezas do concelho, como as gentes sentiam necessidade da Festa, no seu sentido lato do termo, para retemperar forças e evoluir nos seus conhecimentos, pelo convívio e pela sociabilização.

Foi uma tarde cultural que animou os presentes e os deixou felizes. Abrilhou, com um concerto memorável de lindas peças musicais, brilhantemente executadas, a Filarmónica de Ervedal.

Bem haja Sr. Presidente, bem haja Sra. Vereadora da Cultura pela excelente tarde cultural que proporcionaram às gentes de Oliveira do Hospital.

A todos os que quiseram estar presentes e me apoiaram na publicação deste livro o meu melhor agradecimento.”

Depois das intervenções do período de antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Houve vários intervenientes que falaram sobre a Região de Turismo da Serra da Estrela. Penso que é importante referir alguns aspectos sobre este assunto. E gostaria de dizer que, contrariamente aquilo que alguns possam pensar, o Presidente da Câmara nunca disse, para quem quer que fosse da comunicação social, que iria propor a este órgão, à Assembleia, a mudança de Região de Turismo. O Sr. Presidente da Câmara foi questionado pelos jornalistas sobre a hipótese da mudança do concelho de Oliveira do Hospital da Região de Turismo da Serra da Estrela para a Região de Turismo do Centro, que tinha a ver com uma proposta do Governo sobre esta matéria em que se falava em agências e que previa, nessa nova organização do turismo para o País, a possibilidade de Oliveira do Hospital sair da Região de Turismo da Serra da Estrela, ou seja, se verificasse a mudança de nome da Agência de Turismo da Serra da Estrela para a Agência de Turismo do Centro.

Aliás, na proposta para a revisão do regime legal das regiões de turismo, prevê-se a criação de um organismo central de turismo único responsável pela prossecução da política de turismo nacional e a descentralização das dezanove regiões de turismo para associações de municípios ou outras entidades supra-municipais.

Há algo que os membros desta Assembleia se “esquecem” quando discutem estes assuntos: é que nós estamos a falar destes assuntos num circuito fechado. Foi como a teoria que eu ouvi há pouco na intervenção do João Abreu de haver um Plano de Turismo para o concelho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Oliveira do Hospital. Isso não pode nunca vir a existir porque o território não é estanque, tem continuidade e o problema que tem havido no nosso País é precisamente não haver uma ligação forte entre as diversas regiões de turismo. Só assim pode ser entendido o turismo, para que o turista que, por exemplo, vem para a Figueira da Foz, saiba que também pode percorrer todo este percurso até Vilar Formoso. E que, neste percurso que pode fazer, pode passar na Pampilhosa, em Oliveira do Hospital, na Covilhã, aqui e ali, e que nestes locais tem aspectos de interesse para visitar, quer ao nível do património, quer ao nível do turismo da natureza. E isto é que é importante.

Eu já várias vezes disse em reuniões que o importante é haver um Plano Estratégico de Turismo para toda esta zona centro, que envolvesse todas as Regiões de Turismo. O que também é importante é questionar o que é que a Região de Turismo da Serra da Estrela fez pelo concelho de Oliveira do Hospital durante trinta anos? Nada. E não fez nada porque o Presidente da Região de Turismo nem sequer “se tem dado ao trabalho” de fazer algo tão simples como reunir com os Presidentes das Câmaras Municipais daquela área territorial, apresentar um plano para o desenvolvimento do turismo e aferir da disponibilidade dos municípios em ajudarem a custear as despesas com a sua implementação. E tenho a certeza que nenhuma Câmara diria que não porque, se já disseram que sim quando se tratou de apoiar a Região de Turismo para “limpar” a dívida que tinha e a sua imagem pública, mais disponíveis estariam para fazer a promoção turística.

E outra coisa que não podemos esquecer: ninguém retira a localização geográfica do concelho de Oliveira do Hospital, independentemente de estar na Região de Turismo da Serra da Estrela ou do Centro. Por isso, penso que estamos aqui a exacerbar esta questão.

Além disso, o facto do Governo criar um “pacote” de cem milhões de euros para investimentos na Serra da Estrela, devia pressupor que tivesse o cuidado de criar também uma NUT Serra da Estrela, o que não acontece uma vez que esta área está dividida em várias NUT’s. E os financiamentos a que nos vamos candidatar vão ser através das NUT’s. Por isso é que foi constituída uma associação inter-municipal de fins específicos: para elaborar um plano estratégico para esta região, para poder apresentar candidaturas próprias e gerir parte do “bolo” que é o QREN.

Acho que é importante pensarmos nestas questões a este nível porque julgo que não podemos ver Oliveira do Hospital como pertencendo a um território e a uma situação estanque. Também não podemos esquecer que, na Região de Turismo da Serra da Estrela ou na Região de Turismo do Centro, seremos sempre um concelho de periferia, que é um elemento que ninguém pode eliminar.

E, com quem é que Oliveira do Hospital tem maior afinidade natural? Com Arganil e Tábua ou com Seia? Portanto, fazendo esta leitura de relação de “afectividade”, provavelmente chegamos à conclusão que temos mais afinidade com Arganil e Tábua. Mas, como eu disse, nunca tomei posição em lugar algum sobre mudarmos de Região de Turismo. O que respondi à comunicação social foi sempre na base daquilo que era a proposta do Governo sobre essa matéria.

Sobre a questão levantada pelo Sr. Eng^o Carlos Maia sobre os casos de exclusão social, queria esclarecer que aquilo que a imprensa diz é uma coisa e aquilo que são os factos é outra. É preciso saber distinguir entre aquilo que faz a imprensa especulativa e o que são as verdadeiras



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações sociais. E é aqui que nós, políticos, temos que saber situar a nossa acção e saber fazer a diferença entre a especulação e a realidade. E por isso temos que perceber os casos.

Um dos casos que, recentemente, foi noticiado refere-se a um processo muito volumoso, que tem vindo a ser acompanhado pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do Distrito de Viseu e do Distrito de Coimbra. E porquê? Porque a família em causa ora reside num lado ou reside no outro. Além disso, essa família, que está sinalizada e é beneficiária do Rendimento Social de Inserção, quando muda de residência não dá conhecimento aos serviços da Segurança Social pelo que, neste hiato, fica sem receber aquele subsídio. E cria-se o tal facto social mais agravado. É importante que seja feita esta análise, para perceber a dimensão das coisas.

Sobre as intervenções nas casas, os meus colegas do Executivo sabem que levo propostas à reunião de Câmara para apoiar obras quando as casas são dos próprios porque não podemos financiar obras em habitações arrendadas. Este é um dos problemas que nós temos. O outro problema é que, a estas pessoas que vivem em casas arrendadas, a Segurança Social também não pode dar os chamados apoios complementares, no âmbito do Rendimento Social de Inserção, apoios estes destinados também à realização de obras.

Cabe ainda referir que o Prof. João Dinis tem razão quando diz que há sobreposição de serviços. É verdade. E porque há sobreposição de serviços, o Governo está a negociar com a Associação Nacional de Municípios a possibilidade de transferência de competências na área social, para as autarquias. O objectivo é no sentido da estrutura ser única, de não haver apoios sobrepostos e de permitir uma melhor e mais fácil articulação dos serviços com vista a minimizar os problemas dessas famílias. No entanto, o CLAS não tem essa função; compete-lhe, sim, orientar o trabalho em rede. Mas, para isso, também é necessário que os que têm assento no CLAS participem nas respectivas reuniões, para que possa ser feita a devida articulação.

Aproveitava para dizer aos que fazem disto um desastre e que querem dizer que o concelho é um desastre, que não tem nada de positivo, que tivemos dez IPSS's que se candidataram ao Programa PARES e só uma candidatura foi aprovada. As outras não foram aprovadas porque o concelho de Oliveira do Hospital soma pontos negativos relativamente às candidaturas dos outros concelhos. Isto acontece porque o nosso concelho tem uma taxa de cobertura em creches de duzentos e noventa e sete por cento, na área da deficiência de quase trezentos por cento, em centros de dia de duzentos e noventa e cinco por cento e em lares entre cento e cinquenta e duzentos por cento, sem contabilizar os lares privados que vão entrar em funcionamento, bem como o da Cordinha e o de Aldeia das Dez. Por isto é que as nossas IPSS's apresentaram candidaturas e não foram aprovadas. Para Penacova, por exemplo, foram aprovadas cinco candidaturas. E porquê? Porque não tem nada!

E esta é a diferença e é preciso falar nisso. Não é a comunicação social, com o seu ar de especulação, a querer fazer a mentalidade dos oliveirenses, que constrói uma realidade diferente daquela que realmente existe e que as pessoas, no seu dia-a-dia, sentem plenamente. Portanto, ninguém aqui consegue iludir quem quer que seja.

Quanto às extracções ilegais de areia, referidas pelo Prof. João Dinis, quero informar que a Câmara já tomou providências e, dentro daquilo que são as minhas competências, irei actuar. Se tiver competência para poder mandar lacrar as máquinas, mandarei lacrar as máquinas que estão a fazer a extracção indevida de areia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que respeita à questão da rede de caminhos agro-florestais, quero referir que é uma preocupação constante da Câmara. O problema é que, quando está mau tempo – como acontece agora – estar a arranjar caminhos é a mesma coisa que não estar a fazer nada. E a zona da Cordinha vai ser alvo de uma grande intervenção este ano nesta área. Isto porque tínhamos uma *bulldozer* que trabalhava em conjunto para os concelhos de Arganil e Oliveira e, agora, como foi adquirida mais uma máquina, cada uma trabalhará onze meses em cada concelho, para que nenhum fique prejudicado. Aquando da informação sobre a actividade municipal, dar-vos-ei conta do vasto trabalho que foi desenvolvido entre Dezembro e esta data, nesta área da protecção da floresta.

Sobre a questão da ESTGOH, não vou dizer absolutamente nada. Eu julgo que as pessoas estão cheias de expectativas e de criação de expectativas por parte dos políticos. Eu acho que os políticos devem ser cada vez mais recatados e anunciar as coisas, sejam elas quais forem, quando estiverem decididas e “com pernas para andar”. O resto só é “cantiga” para, como diz o Povo, “andar a empalhar uns papalvos” que vão “digerindo” aquilo que se lhes vai dando. E eu para esse papel não sirvo, não me presto e, portanto, sobre isto não vou dizer nada.

Uma palavra que me parece importante sobre a questão do IC 6, do IC 7 e de toda a problemática envolvente: a Câmara tem andado a fazer diligências junto do Sr. Secretário de Estado por causa desta questão, conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara de Arganil. Foi solicitada uma reunião de trabalho ao Sr. Secretário de Estado para falar sobre o IC 6, o IC 7 e sobre as ex-EN 230 e 231-2, no que diz respeito à sua repavimentação.

Contrariamente ao que alguns pensam, eu costumo ser uma pessoa comedida nestas coisas e gosto de dar a oportunidade a quem de direito para que se possa dialogar sobre as questões. Naturalmente, se o Presidente da Câmara, daqui a algum tempo, chegar à conclusão que o Sr. Secretário de Estado não responde, então será o Presidente da Câmara a solicitar e a propor a esta Assembleia que se crie a dita comissão, tal como o fez relativamente ao problema da saúde.

Quando o problema da saúde se começou a agudizar, o que fizemos foi constituir uma comissão ao nível da Assembleia e da Câmara e solicitar uma reunião ao Administrador Regional de Saúde. E, na última reunião realizada, foi assumido pelo Sr. Administrador Regional de Saúde e pelo Sr. Governador Civil que o SAP de Oliveira do Hospital só encerraria quando houvesse uma alternativa local.

Para mim, não me causa expectativa nenhuma o que foi referido pelo Sr. João Abreu de que Oliveira do Hospital não consta da lista dos SAP a encerrar porque senão tinha que dizer hoje que as pessoas que representavam o Governo e que estiveram nessa reunião eram pessoas sem palavra e que não mereciam a dignidade da representação dos cargos que ocupam. A palavra, para mim, vale tanto como a minha assinatura. E isto é que é fundamental.

Sobre a questão das extensões, não nos podemos “pôr de fora” de estudar modelos ou propostas que possam continuar a servir bem a população. E o servir bem a população não significa que tenha que haver uma extensão em cada freguesia; significa oferecer serviços à população e oferecer condições para que tenham acesso a esses serviços, da mesma forma que hoje tem. E será muito importante que, ao nível do Centro de Saúde local, se comece a pensar em ter uma unidade móvel para prestar serviços nas franjas do concelho, que estão muito distantes da sede do concelho. É preciso apostar nestas soluções para, de alguma forma, eliminar alguns



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos problemas.

Queria ainda dizer que, quanto ao IC 6, está previsto no QREN nacional um montante de oitenta e dois milhões de euros para a execução daquele itinerário. Não diz é quando se prevê essa execução, o que é outra matéria. Quanto à questão que o Engº Carlos Maia levantou relativamente às hipóteses de solução do traçado a norte do concelho, quero informar que não avançou nada porque o Sr. Secretário de Estado lançou um concurso para a realização de um estudo de avaliação estratégica relativamente ao IC 6, IC 7 e IC 37. Já cá esteve uma técnica do gabinete que está a elaborar esse estudo, com quem falei e a quem forneci um conjunto de elementos, nomeadamente documentos que são suporte do PDM, como os estudos de desenvolvimento sócio-económicos do concelho. Sobre os resultados, não tenho nenhuma informação mas irei, com certeza, pedi-las, nomeadamente ao Presidente das Estradas de Portugal.

Nós devemos ser é mais recatados e, porventura, o Sr. Secretário de Estado foi pouco ponderado quando referiu que o IC 6 ia começar mais rápido do que aquilo que ele pensou que ia começar. Devia, porventura, ter analisado melhor o problema com as Estradas de Portugal para, depois, poder fazer esse tipo de afirmação. Na política, nem sempre isso acontece. Os técnicos, às vezes, conseguem, entre aspas, “manipular” em alguns momentos certas decisões políticas... Eu também não sei se é isso que acontece ou não. Dou, para já, o benefício da dúvida ao Sr. Secretário de Estado e espero que agende a reunião que foi solicitada para falar destes problemas.”

Depois de prestadas as informações e esclarecimentos pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Sr. Engº Carlos Maia que fez a seguinte intervenção:

“A recomendação que eu tinha a fazer vem no seguimento daquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu quanto à questão dos casos de exclusão social. Eu não conhecia, efectivamente, a existência dos pormenores das casas arrendadas. Mas, ainda assim, nesses casos em que as casas não são dos próprios e que as pessoas não têm meios para fazer obras, sugeria que a Câmara criasse algumas habitações ao nível do concelho para que haja uma alternativa para que as pessoas não continuem a viver em más condições.”

Face a esta recomendação, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o Plano de Actividades para o próximo ano prevê uma rubrica para a possibilidade de aquisição de habitações velhas e para a sua recuperação, com vista à instalação de famílias carenciadas. Para tal, concluiu, torna-se necessário que haja mais iniciativa e que se procurem as soluções localmente.

Foi ainda dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que referiu:

“Ainda em relação à questão da Segurança Social e porque também foi referenciado na resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu, de facto eu tenho insistido neste aspecto e no que escrevi – e já foram muitos relatórios e exposições – sempre ressalvei o papel dos técnicos, que são os últimos culpados nesta situação. É preciso que se saiba que, se os municípios vierem a ter responsabilidade sobre essa matéria, é para perderem dinheiro em relação aquilo que o Estado/Governo tem feito porque vem “semear os problemas nos terrenos alheios”.

O problema é que o sistema não está montado para que funcione. E é por isso que, gastando-se as centenas de milhares de euros, as pessoas concretas continuam com os problemas. Se a gestão municipal conseguir resolver as questões de racionalizar o sistema, de poupar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro público, melhorando a condição de vida das pessoas, muito bem. Eu duvido que, depois, a Câmara tenha o dinheiro que agora está a ser gasto pelo Estado/Governo. Isso é que eu duvido!”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
26.DEZ.2006	Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão
27.DEZ.2006	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
11.JAN.2007	Comissão da Reserva Agrícola
11.JAN.2007	Reunião com funcionários sobre a Certificação da Qualidade dos Serviços
15.JAN.2007	Reunião com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Gramaços
15.JAN.2007	Inauguração da Exposição dos Estudos de Caracterização do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Oliveira do Hospital
17.JAN.2007	Escritura de constituição da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte (Lousã)
23.JAN.2007	Reunião com pessoal dirigente e de chefia sobre a implementação do SIADAP
25.JAN.2007	Reunião de preparação do PO Centro 2007-2013 – QREN (Lousã)
27.JAN.2007	Apresentação do livro do Sr. Dr. Fabrício “Vida quotidiana, festas e sociabilidade”
30.JAN.2007	Reunião com pessoal dirigente e de chefia sobre a implementação do SIADAP
01.FEV.2007	Reunião sobre transferência de competências (ANMP – Coimbra)
05.FEV.2007	Reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira
07.FEV.2007	Reunião com pessoal dirigente e de chefia sobre a implementação do SIADAP
14.FEV.2007	Reunião sobre a Carta Educativa
15.FEV.2007	Reunião de apresentação da Associação de Apicultores
19.FEV.2007	Apresentação de cumprimentos do Presidente da Câmara de Cantagalo
23.FEV.2007	Reunião com as Águas do Zêzere e Côa

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto	Ponto de Situação
- Saneamento a Digueifel	- Homologada a candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro
- Programa de Apoios	- Aprovada a candidatura à Acção 1.3 (Vigilância) da Área



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Financeiros do Fundo Florestal Permanente	1 (Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndio)
- Variante Aldeia Formosa / Nossa Senhora da Estrela, em Seixo da Beira	- Apresentado Relatório Final de Execução à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro
- Variante Nordeste / Nascente a Oliveira do Hospital	- Apresentado Relatório Final de Execução à Medida I.3 do Programa Operacional da Região Centro
- Espaço Internet de Oliveira do Hospital	- Apresentado Relatório Final de Execução ao Programa POS_Conhecimento

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos membros da Assembleia dos seguintes trabalhos realizados durante o ano de 2006 no âmbito da Medida 3.4 do Programa AGRIS:

Componente financeira:

Rubrica	Investimento Aprovado	Valor Total Gasto (C/ IVA)	Valor Elegível	Valor Gasto a Mais	Subsídio	Autofin.	Encargo Total da CMOH
Elaboração do Plano	12.668,20 €	15.328,52 €	12.668,20 €	2.660,32 €	10.134,56 €	2.533,64 €	5.193,96 €
Cartografia Digital	16.672,80 €	1.984,40 €	1.984,40 €	0,00 €	1.587,52 €	396,88 €	396,88 €
Sinalização	20.250,00 €	20.413,89 €	20.250,00 €	163,89 €	16.200,00 €	4.050,00 €	4.213,89 €
Construção de Rede Viária	46.808,20 €	46.807,40 €	46.807,40 €	0,00 €	37.445,92 €	9.361,48 €	9.361,48 €
Beneficiação de Rede Viária	119.000,00 €	118.998,88 €	118.998,88 €	0,00 €	95.199,10 €	23.799,78 €	23.799,78 €
Construção de Ponto de Água	24.000,00 €	69.043,17 €	24.000,00 €	45.043,17 €	19.200,00 €	4.800,00 €	49.843,17 €
Silvicultura Preventiva	144.000,00 €	118.075,71 €	118.075,71 €	0,00 €	94.460,57 €	23.615,14 €	23.615,14 €
Construção de Parque de Lazer	21.399,06 €	37.504,69 €	21.399,06 €	16.105,6 €	17.119,25 €	4.279,81 €	20.385,44 €
Vigilância Móvel	38.755,58 €	38.644,85 €	38.644,85 €	0,00 €	30.915,88 €	7.728,97 €	7.728,97 €
Viatura	26.930,00 €	23.620,00 €	23.620,00 €	0,0 €	11.810,00 €	11.810,00 €	11.810,00 €
TOTAL	470.483,84 €	490.421,51 €	426.448,50 €	63.973,01 €	334.072,80 €	92.375,70 €	156.348,71 €

Componente física:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rúbrica	Tipo	Informação	Un.	Quantidade Adquirida	Realização Física	
Sinalização	Setas Direccionais	Caminho Florestal	un	284		
		Ponto de Água	un			
		Parque de Lazer	un			
		Aceiro	un			
		Posto de Vigia	un			
			Local estratégico de Estacionamento	un		
	Sinal		Estrada Sem saída	un	96	
			Inversão do Sentido de Marcha	un	30	
			Via Estreita	un	11	
	Painel		Acesso Condicionado	un	6	
			Risco de Incêndio	un	4	
Construção de Rede Viária			km		10,12	
Beneficiação de Rede Viária			km		76,42	
Construção de Ponto de Água			un		6	
Silvicultura Preventiva			ha		190	
Construção de Parque de Lazer			un		3	
Viatura			un		1	

Construção de Pontos de Água:

- Avelar – Aldeia das Dez
- Rio de Mel – São Gião
- Cimo da Ribeira – Aldeia das Dez
- Moita/Formarigo - Penalva de Alva
- Casal do Abade - Lourosa
- Feiteiras – Alvôco das Várzeas

Construção de 3 Parques de Lazer:

- Vale de Maceira – Aldeia das Dez
- Lourosa
- Rio de Mel – São Gião

O Sr. Presidente da Câmara deu também conhecimento que, para além do que foi realizado no âmbito do Programa AGRIS, foram executados os seguintes trabalhos com a *bulldozer*:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tipo de Máquina	Tipo de Operação	Mês	Designação do Caminho	Lugar	Freguesia	Extensão (m)	
Bulldozer	Aberura de Caminho	Dezembro	Caminho Santa Ovaia - Avô	Avô	Avô	940	
	Aberura de Caminho	Dezembro	Caminho dos Cortinhais	Cortinhais	Santa Ovaia - Avô	402	
	Aberura de Caminho	Dezembro	Caminho dos Cortinhais - EN 230	Cortinhais	Santa Ovaia - Avô	349	
	Aberura de Caminho	Dezembro	Caminho da Ramalhosa	Chão Sobral	Aldeia das Dez	827	
	Aberura de Caminho	Dezembro/Janeiro	Caminho Chão Sobral - Colcurinho	Chão Sobral	Aldeia das Dez	1356	
	Aberura de Caminho	Fevereiro	Caminho (funcionando como aceiro) Limite do Concelho	Barroqueiro	Alvôco das Várzeas e Vide	1385	
	Aberura de Caminho	Novembro	Caminho Malhada do Atoleiro - Barroco dos Pereiros	Rio de Mel	São Gião	2365	
	Aberura de Caminho	Novembro	Caminho Aveleira - Limite do Concelho	Rio de Mel	São Gião	1271	
	Aberura de Caminho	Novembro	Caminho Malhada da Nave - Malhada do Pé Ferreiro	Rio de Mel	São Gião	932	
	Aberura de Caminho	Dezembro	Caminho Quinta do Montalegre - Quinta da Boiça	Vale dos Sonhos	Penalva de Alva	1102	
	Aberura de Caminho	Janeiro/Fevereiro	Caminho do Barroqueiro	Barroqueiro	Alvôco das Várzeas	770	
	SUB-TOTAL						11699
	Arranjo de Caminho	Dezembro	Caminho da Ramalhosa	Avelar	Aldeia das Dez	290	
	Arranjo de Caminho	Dezembro	Aceiro da Ramalhosa	Avelar	Aldeia das Dez	855	
	Arranjo de Caminho	Dezembro	Aceiro Monte da Costeira	Chão Sobral	Aldeia das Dez	319	
	Arranjo de Caminho	Janeiro	Caminho Encosta das Uchas	Chão Sobral	Aldeia das Dez	574	
	Arranjo de Caminho	Janeiro	Caminho Campo de Futebol de Chão Sobral	Chão Sobral	Aldeia das Dez	252	
	Arranjo de Caminho	Janeiro/Fevereiro	Caminho Feiteiras - Barroqueiro - Limite do Concelho	Malhadinha	Alvôco das Várzeas	1564	
	Arranjo de Caminho	Fevereiro	Caminho Limite do Concelho - Malhadinha	Malhadinha	Alvôco das Várzeas	707	
	SUB-TOTAL						4561
	TOTAL						16260

No que respeita a esta questão da prevenção florestal, o Sr. Presidente da Câmara informou que, depois de se proceder à execução de mais dois caminhos na encosta do Alva, seguir-se-á a intervenção na zona norte do concelho, como atrás o referiu.

Seguidamente, prestou a seguinte informação sobre os trabalhos levados a efeito pela motoniveladora:

Tipo de Máquina	Tipo de Operação	Mês	Designação do Caminho	Lugar	Freguesia	Extensão (m)
Motoniveladora	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Zona Industrial - Lagos da Beira	Lagos da Beira	Lagos da Beira	1573
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Vilela - Gramundes - Nogueira do Cravo	Vilela	Nogueira do Cravo	2205
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Senhor das Almas - Vale do Homem	Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	569
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Negrelos - Alagoa - Cruzamento de Andorinha	Negrelos	Travanca de Lagos	2210
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Negrelos - Ribeira - Limite de Concelho	Negrelos	Travanca de Lagos	1071
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Chão Sobral - Avelar	Chão Sobral	Aldeia das Dez	2667
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Lombardia - Avelar	Avelar	Aldeia das Dez	760
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Avelar	Avelar	Aldeia das Dez	1033
	Beneficiação	Janeiro	Caminho Florestal Ramalhosa	Chão Sobral	Aldeia das Dez	1654
	Beneficiação	Fevereiro	Caminho Florestal Chão Sobral - Parente	Parente	Alvôco das Várzeas	2268
	Beneficiação	Fevereiro	Caminho Florestal Chão Sobral	Chão Sobral	Aldeia das Dez	1672
	Beneficiação	Fevereiro	Caminho Florestal Chão Sobral - Colcurinho	Chão Sobral	Aldeia das Dez	622
	Beneficiação	Fevereiro	Estradão do Rally	Barroqueiro	Alvôco das Várzeas	1423
Beneficiação	Fevereiro	Caminho Florestal Barroqueiro - Limite do Concelho	Barroqueiro	Alvôco das Várzeas	1385	
TOTAL						21112

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Floresta, está prevista a realização do 2º Concurso de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desenho “Dona Árvore e a Escola”, as comemorações do “Dia da Árvore” no Parque do Mandanelho e uma Campanha de Sensibilização e de Prevenção dos Incêndios Florestais, a realizar nos Agrupamentos (com a colaboração dos elementos da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios).

Ainda no que respeita à Medida 3.4 do Programa AGRIS, deu conhecimento que termina, no dia 08 do próximo mês de Março, o prazo para a entrega de propostas para execução dos trabalhos de Silvicultura Preventiva, no presente ano:

Ano	Rubrica	Unidade	Física	Investimento	Subsídio
2007					
	Sinalização	un	125.00	10 125,00 €	8 100,00 €
	Rede Viária - Manutenção	km	38.20	59 000,00 €	47 200,00 €
	Silvicultura Preventiva	ha	95.00	72 000,00 €	57 000,00 €
	Vigilância móvel			16 579,64 €	13 263,71 €
	TOTAL (€)			157 704,64 €	126 163,71 €

O Sr. Presidente da Câmara deu também conhecimento que foi aprovado, pelo Fundo Florestal Permanente (Área 1: Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios / Acção: Vigilância), um projecto cuja área de actuação será a Zona Norte do Concelho, concretizado através da celebração de um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira. Este projecto será desenvolvido durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, e disporá de uma carrinha equipada com kitt de primeira intervenção:

	Investimento Considerado em 2007	Investimento Considerado em 2008	Investimento Total Considerado
Vigilância	9.170,07 €	9.230,52 €	18.400,59 €

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara deu ainda conhecimento que está em análise um outro projecto apresentado ao Fundo Florestal Permanente (Área 1: Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios) para Redução de Combustíveis em Faixas Envolventes aos Aglomerados Populacionais (100 metros) nas freguesias de Aldeia das Dez, Ervedal da Beira, Meruge, Penalva de Alva, São Gião, Seixo da Beira, Travanca de Lagos, Vila Franca da Beira:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Área (ha)	Total (€)
143,00	71.500,00

Depois de prestadas as informações pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de estatutos da Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara informou que esta proposta surge na sequência da aprovação, por unanimidade, da constituição da Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC) na sessão da Assembleia Municipal realizada em Dezembro último, com vista ao acompanhamento e gestão do projecto de urbanismo comercial de Oliveira do Hospital (URBCOM). Deu ainda conhecimento dos financiamentos aprovados pelo Governo para este projecto, bem como do facto dos estatutos ora sujeitos a votação resultarem do trabalho conjunto dos municípios de Tábua e de Oliveira do Hospital e da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra, parceiros neste projecto.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Nós temos aqui, creio eu, apenas um projecto de estatutos. É importante mas falta a essência da “coisa”. Já se falou que há aqui dinheiro. Já prevíamos que houvesse, senão não havia Agência.

Primeira questão: isto é para financiar a ACIC ou para financiar os empresários? Primeira constatação: sede em Coimbra, na ACIC, segundo os estatutos. Os estatutos também dizem que se pode mudar a sede. Mas, desde já, isto nasce “debaixo da asa” da ACIC. A primeira pergunta: isto serve para financiar a ACIC ou serve para financiar os empresários ou as actividades que decorram?

Depois, outros pormenores técnicos: a Direcção está fixada estatutariamente e só pode ser aquela. Os futuros associados não podem ser eleitos nem sequer podem demitir a Direcção em Assembleia-Geral. E, portanto, há aqui a chamada “providência cautelar”. Também se diz que a Direcção é colegial mas as reuniões funcionam a convocatória do Presidente.

Eu acho que uma das coisas que o tecido empresarial de Oliveira do Hospital nunca conseguiu até agora, e que faz falta ao município, é uma associação empresarial e comercial que tenha vitalidade e que pugne pelos interesses dos empresários de Oliveira do Hospital.

Eu não sei se isto da Agência já tem a ver com o QREN porque os fundos de apoio às empresas vão passar para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional que, a seguir, vão passar para os municípios porque não se antevê que as CCDR’s, por elas próprias, tenham essa capacidade. Isto pode também vir a ter esse interesse, mais à frente, nessa perspectiva.

Mas, porque é que isto tem que nascer “debaixo da asa” da ACIC e ter sede em Coimbra?

Isto, logo à partida, me predispõe para votar contra.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Complementando o que o João Dinis já disse: a mim faz-me alguma confusão como é que foi criado aqui o Núcleo Empresarial há três ou quatro meses (ao que sei a Câmara alheou-se desse processo), esse Núcleo Empresarial vai já inaugurar a sede nos primeiros dias do mês que vem, precisamente aqui em Oliveira do Hospital, e é um pedaço estranho porque é que está aqui a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra – e não está este Núcleo da região e do concelho, que me parece que era o que fazia toda a lógica e sentido.

Nós não somos contra a iniciativa, somos dos que temos criticado o tal marasmo da Câmara em não tomar iniciativa nisto. Queria até aqui dizer que, actualmente, resido na Covilhã e que a Câmara Municipal da Covilhã tem setenta por cento do Parque *Urbis* – que é um parque de desenvolvimento tecnológico –, e, juntamente com o Parque *Urbis*, criou uma incubadora de empresas onde os dois têm setenta por cento (lá está a Câmara outra vez) e influenciou agora a criação de uma capital de risco para dar desenvolvimento a estes projectos. Penso que é esta a função das autarquias, não necessariamente, mas fica-lhes bem empenharem-se neste tipo de atitudes e de actividades.

A minha única reserva é, havendo aqui em Oliveira do Hospital uma representação significativa quer em postos de trabalho, quer em volume de facturação, quer em termos de representatividade do concelho, ser bastante estranho que o Núcleo Empresarial não tenha sido contactado, sequer, para esta iniciativa. Embora já saiba que dificilmente obterei resposta, pessoalmente gostaria de saber o porquê desta questão.

À margem disto também gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que há aí alguns jornais que especulam porque a Câmara, sucessivamente, se recusa a dar a sua posição. Portanto, é natural que, depois, os jornalistas tenham que inventar.”

Seguidamente, o Sr. Eng^o Carlos Maia fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta matéria também não entendo o porquê da sede na ACIC, em Coimbra, já que todo o trabalho vai ser desenvolvido nos concelhos de Tábua e de Oliveira do Hospital e junto dos associados das actividades económicas que, porventura, possam aderir a esta Associação.

Também não entendo e acho estranho porque é que os associados têm o direito de votar e de serem eleitos para os corpos sociais, à excepção da Direcção. Porque é que só podem ser eleitos para a Assembleia-Geral e para o Conselho Fiscal? Há aqui algo que me escapa ou que está nas entrelinhas. Então, a Direcção não é eleita; é só nomeada.

Outra pergunta que eu queria fazer era se já existe alguém nomeado para a Direcção da Associação e quem.

Não aceito que uma pessoa de pleno direito, adira, pague uma jóia, e só tenha direito a votar para a Assembleia-Geral e para o Conselho Fiscal e tenha que aceitar uma Direcção, quer esta exerça mal ou bem. Há aqui qualquer coisa, sinceramente, que me escapa...”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados:

“Em primeiro lugar, quero perguntar como é que já pode haver nomeações para a Direcção se ainda não foram aprovados os estatutos e constituída a Agência?

Relativamente ao facto dos outros associados não poderem votar nem ser eleitos para a Direcção, a razão que lhe esteve subjacente foi unicamente a de serem os municípios de Tábua e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira do Hospital e a ACIC que contribuem financeiramente para o projecto. Quanto à sede, pretendeu-se evitar qualquer tipo de “fricção” entre os municípios, pelo que se acordou que esta fosse na ACIC.

Quanto à questão do Núcleo Empresarial, se quiser, pode associar-se. Nós não estamos a falar de um projecto que tem três meses mas de um que já vem de há três ou quatro anos. Além disso, a âncora foi a ACIC e, se não houvesse a ACIC, não havia projecto. E agora? Excluimos a ACIC de parceira neste projecto?”

Terminadas as intervenções, foi colocado à votação a proposta de estatutos da Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções e dois votos contra.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Análise das propostas do Município a apresentar pela Câmara no âmbito do Q.R.E.N. (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e do P.D.R. (Programa de Desenvolvimento Rural) – tendo sido dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Salientava o facto da Mesa da Assembleia ter agendado este assunto porque creio que será unânime considerar que o QREN e o PDR são instrumentos político-financeiros distintos; que se misturam no terreno mas que, do ponto de vista da nomenclatura e do seu funcionamento, à partida são distintos.

É sabido que se vive já no primeiro ano do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 –, vive-se já o primeiro ano do Programa de Desenvolvimento Rural, mas estamos é no ano zero, ou seja, não há ainda arranque efectivo. Portanto, tudo se conjuga para que o ano de 2007 seja um ano perdido, a nível da candidatura e, sobretudo, a nível da execução de pequenos e médios projectos de média dimensão.

Para o QREN, o Governo fala num financiamento comunitário de vinte e um mil e quinhentos milhões de euros, sete anos – que já vão ser só seis, se não forem só cinco – e três mil e quinhentos milhões de euros para financiamento público, neste caso comunitário porque, pelo menos no PDR, já está definido que no Orçamento de Estado para sete anos será de mil milhões de euros.

Diz a propaganda oficial que há mais dinheiro que nos anteriores Quadros. Primeira questão: não é verdade. Nos Programas Operacionais Regionais há menos dinheiro que houve no anterior Quadro Comunitário de Apoio. Porque, na habilidade do “gato escondido com o rabo de fora”, agora dá-se mais dinheiro para o FEDER mas retira-se todo o Fundo Social Europeu ao nível regional. Portanto, feitas todas as contas, há menos dinheiro. Mas e sobretudo, nunca como desta vez houve tamanho sigilo, tamanha concentração nos três planos temáticos nacionais e centralização por parte do Governo na elaboração do QREN e dos programas operacionais temáticos, com estes a absorver a maior parte do FEDER.

Os municípios não têm sido chamados a participar nem sequer na elaboração dos programas operacionais temáticos, ao nível das CCDR’s, a quem, aliás foi retirada a gestão de todos os programas do Fundo Social Europeu. Pois, que os municípios e os cidadãos se “ponham a pau”.

A nível do QREN, mega-projectos tão “badalados” e anunciados como o TGV e o novo aeroporto da OTA; a nível do PDR, com o regadio do Alqueva, vão absorver uma grossa parte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste investimento estratégico. Em consequência, inevitavelmente vai faltar dinheiro público para projectos de pequena e média dimensão. E lá se vão os objectivos do QREN: a coesão social, o combate à desertificação, às assimetrias regionais, afinal como aconteceu em anteriores Quadros Comunitários de Apoio.

Em 2009, como sabemos, vai haver eleições para a Assembleia da República, para as autarquias. E aqui está a razão e o porquê disto que está a ser montado pelo Governo e pelas políticas de direita do Partido Socialista.

Mas também são os atrasos e, em quatro anos do anterior Quadro Comunitário de Apoio, Portugal desaproveitou vinte e cinco milhões de euros porque não houve a comparticipação do Orçamento de Estado nacional. E a isto chama-se Pacto de Estabilidade e Crescimento, que está a ser aplicado cego, de uma forma fundamentalista. Estas restrições do Pacto de Estabilidade e Crescimento justificam e estão na base desta nova situação. Aquilo que é bom para o Pacto de Estabilidade e Crescimento não é bom nem para os cidadãos nem para os municípios.

Sem querer estar a encaixar na estruturação do QREN, que projectos estratégicos é que o Município tem? É evidente que a Câmara tem. E o Sr. Presidente da Câmara, às vezes, parece que não quer perceber que a Assembleia Municipal tem dinâmica própria e que é dever da Assembleia Municipal ter dinâmica própria e sugerir, propor e recomendar. O Sr. Presidente da Câmara, depois, ouve ou não ouve. Mas isso já é uma questão de relacionamento institucional entre os vários eleitos nos diferentes órgãos autárquicos.

Os projectos estratégicos inter-municipais: as Câmaras estão condicionadas, pela lei do Governo, a fazer projectos estratégicos, nomeadamente inter-municipais. É evidente que isto pode ser bom ou seu mau. O que é mau é o princípio pois isto é determinado sem que os municípios sejam ouvidos. Projectos estratégicos: água e saneamento, despoluição dos rios e das linhas de água. Este é, de facto, um projecto estratégico inter-municipal e essencial, porventura dos mais estratégicos de todos. E aqui é ver já o que é que está a acontecer com as Águas do Zêzere e Côa que, antes de cá pôr a água, já só fala em aumentar os custos e em rever as condições da concessão. Mas há um problema grave: a rede de água e de saneamento enterrada há dezenas de anos, em lusalite, está a desfazer-se e a largar resíduos de amianto na água para consumo doméstico.

O ensino, a educação, a formação profissional, a cultura... EPTOLIVA: Fundo Social Europeu é Lisboa que vai mandar nisto. Portanto, candidaturas da EPTOLIVA, património municipal para o QREN, para poder funcionar através do Fundo Social Europeu.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão: as novas instalações, prioritária e preferencialmente, devem ser feitas nos terrenos municipais que a Câmara comprou. Aqui subscrevo a determinação e a vontade do Prof. José Carlos Alexandrino mas discordo porque, preferencialmente, deve haver novas instalações e de raiz. O que resta da ACIBEIRA também é a demonstração da alegada falta de capacidade do tecido empresarial ou, pelo menos, de alguns que se arvoraram como empresários no nosso concelho. E são quinhentos mil contos de dinheiro público a que ninguém nunca – acho eu – prestou contas. O que ali está, está muito mais vocacionado para um centro empresarial e para um entreposto comercial, nomeadamente para promoção dos produtos manufacturados, tradicionais do concelho e da região.

A cidade e a reabilitação urbana: vai haver um novo Pólis mas, em que acção? Com que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financiamento? Em que enquadramento? Porque o Pólis, para a cidade de Oliveira do Hospital, tem que ser no Programa das cidades e não pode ser feito em colaboração com a cidade de Gouveia ou de Coimbra. Mas não só. E as características urbanas tradicionais das nossas aldeias? Esse é um aspecto tão importante como a reabilitação urbana da cidade.

Os socos do vale do Mondego e do Seia: houve um programa específico no Quadro Comunitário anterior. É bom que haja um novo sucedâneo e que se aproveite. Aliás, foi um pouco aproveitado na parte sul do nosso concelho.

E o património histórico? Os já referenciados centros históricos: a Bobadela, Avô, entre outros. Mas também e sem esquecer as antas, os circuitos pré-históricos, o Castro do Vieiro. E, aqui, a Carta Cultural e Patrimonial do município. É um instrumento de planificação estratégico para o município.

Emprego, trabalho, tecido empresarial: o Fundo Social Europeu e a formação profissional estão em Lisboa. Os programas de apoio às empresas vão para as CCDDR's; talvez a Agência aqui tenha utilidade. Os parques industriais: desbloquear o que tiver que ser desbloqueado a nível do município. ACIBEIRA: centro empresarial e entreposto comercial. Incubadoras de empresas: no contexto socio-económico em que vivemos, em dez "pare oito nados mortos". Há uma questão estratégica para o nosso concelho nesta matéria e que é a diversificação do tecido empresarial que foi demasiado especializado no sector dos têxteis e da confecção e que necessita do empenho de todos.

A outro nível: juventude, tempos livres, terceira idade. A Pousada da Juventude: Oliveira merece. As Oliveiradas: uma iniciativa de festa, de convívio, de participação das colectividades e da juventude.

A descentralização para as freguesias de verbas de capital. As piscinas municipais anexas à Escola EBI da Cordinha: uma piscina não é um equipamento de luxo, nos dias de hoje.

A economia social: os centros de dia, os lares de idosos, as creches, os jardins-de-infância, as escolas básicas. Operacionalizar, racionalizar as acções da rede escolar.

Acessibilidades: eu, aqui, não aceito ser o último a saber. E nós corremos o risco de, sobre o IC 6, sermos os últimos a saber porque o Sr. Secretário de Estado vai falar disso o dia um.

Rede viária interna: é tão estratégica como as acessibilidades externas. A ligação entre as povoações, os transportes públicos, não são menos estratégicos do que as acessibilidades externas. E no Plano de Desenvolvimento Rural, a floresta e a reflorestação. O plano municipal do ordenamento florestal, a paisagem, as aldeias – há o Programa LEADER – , os apoios à agricultura, que vão ser reduzidos.

Deixo apenas estas questões, ressaltando que isto não é pôr o QREN à frente da Câmara. Certamente que a Câmara tem ideias mas que, nesta matéria tão estratégica, outros também terão outras ideias."

Terminada a intervenção do Sr. Prof. João Dinis e considerando que não houve mais inscrições sobre este assunto, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal do Quadro de Pessoal em Regime de Emprego



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Público, do Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e dos Regulamentos Internos do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e de Recrutamento e Seleção do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Oliveira do Hospital.

Sobre este assunto, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a este ponto tinha duas questões. Como está referido aqui, faz agora dois anos que votámos o quadro de pessoal e houve algumas alterações ao longo destes dois anos. Pretendia saber porque é que só agora e neste momento se faz esta remodelação, esta alteração do número de lugares não providos que estava no quadro de há dois anos passar para o quadro de emprego em regime de contrato individual de trabalho.

A segunda questão que eu aqui colocava era no sentido de saber se estas propostas de quadros de pessoal foram discutidas com os sindicatos – como eu penso que deveria ter sido – pois, se assim foi, nós aqui não teremos grandes soluções nem grandes ideias a ressaltar.”

Seguidamente, interveio o Sr. António dos Santos Lopes:

“Esta questão dos recursos humanos é a principal preocupação em qualquer empresa ou organização, razão pela qual eu pedi, no dia 25 de Janeiro, que me fosse facultada uma listagem do pessoal da Câmara, as suas colocações, etc., para, de alguma forma, ter uma ideia de qual é a realidade do parque humano da Câmara.

Até agora ainda não me foi respondido. Pelo menos na minha empresa, a listagem do pessoal tira-se em cinco minutos; já lá vamos com um mês e ainda não tenho resposta. Enfim, deve-se inserir nessa política que estamos aqui assim habituados.

Toda a gente sabe que esta questão de recursos humanos, dos trabalhadores, é-me cara. Eu recebi os documentos sobre este assunto há três ou quatro dias, queixa que também faz o sindicato num documento que me foi facultado. Não tive tempo para fazer uma análise profunda a essa situação, até porque foi para Lisboa e agora eu moro na Covilhã, e só hoje é que esse documento me chegou às mãos.

Como disse, eu espero, quando tiver a lista do pessoal, fazer uma análise a esta situação. O que aqui se trata, essencialmente, é dos chamados trabalhadores eventuais a que, como também se sabe, quer o partido que eu aqui represento, quer eu pessoalmente, sou contrário. Hoje em dia arranjam-se cinquenta ou sessenta argumentos para se justificar este tipo de situações; torna as pessoas um bocadinho mais dóceis.

Por todos esses motivos, eu não diria muito mais de momento. Só queria fazer a recomendação à Mesa quanto a esta questão da resposta que não tenho há um mês, como a três ou quatro questões que já coloquei aqui hoje e que pus nas outras Assembleias. A mim não me preocupa que me dêem ou não dêem respostas. A mim interessa-me é que elas cheguem às pessoas que aqui represento. Quando vim para aqui vim com intenção de cumprir cabalmente o meu mandato. Tenho intenções de o fazer e, portanto, quer a Câmara me responda, quer a Câmara não me responda, não deixarei de encontrar os meios e as soluções para que as minhas posições cheguem aos eleitores e para que as respostas que tenha ou não tenha também lá cheguem. A Câmara, se me quiser responder, não me faz nenhum favor. Cumpre o seu dever, se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o quiser cumprir. Neste, como noutros casos, temos opiniões divergentes, como é conhecido.

Argumentando não há problema que não se resolva. Dez por cento de nada é nada. A mim não me ajuda muito que os concelhos vizinhos estejam piores que o nosso. Não vejo por aí o índice de bem-estar que aqui também se quer transmitir. Como disse, as especulações às vezes existem porque a Câmara também não dá as posições cabais, nestas como noutras questões e daí este meu conjunto de reservas.

Como disse, espero que essa resposta e essa lista me chegue e depois, em tempo útil, tomarei posição sobre isto.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Este assunto também é, certamente, um assunto estratégico para o município e, porventura, também dos mais estratégicos. Porque, do nível de funcionamento dos serviços municipais, onde se enquadram os trabalhadores, os gestores, os dirigentes, os eleitos e os de nomeação política, depende muito a resolução dos problemas concretos das pessoas. E, por exemplo, estar-se três ou quatro meses à espera que seja feita a ligação de um ramal da água pública, é uma coisa que deve ser melhorada. Isto tem repercussões nos quadros de pessoal, na afectação das verbas, nas leis nacionais e nas disposições municipais que se adoptem sobre isto.

E dizer que, de facto, eu tive acesso ao parecer de um dos sindicatos e devo dizer: “que se ponham a pau” os trabalhadores do município, e não estou a dizer que a culpa seja do Presidente ou que seja do Governo. Porque a tendência que existe, e o Município está a absorvê-la, é que não há vínculo no contrato laboral. Isto é flexibilizar, acabar com a regulamentação do trabalho e com alguma segurança de vínculo laboral que tinham e que têm os trabalhadores. E há algo referido aqui no parecer em que “não se compreende uma previsão de dezassete técnicos superiores em regime de contrato individual de trabalho para vinte e nove operários altamente classificados, qualificados e semi-qualificados, ou dezassete técnicos superiores para dois técnicos ou quinze técnicos profissionais”.

E aqui temos nós o reflexo destas políticas de direita. Neste contexto e com estes perigos, eu vou votar contra isto. A Câmara nem sequer é obrigada a ter este quadro.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos em função das anteriores intervenções:

“A aprovação deste quadro de pessoal vai permitir a quem estiver aqui a gerir este Município... Hoje é o Mário Alves, amanhã não se sabe quem é. O Povo dirá quem é, na altura própria. Não são os jornais que fazem Presidentes, são os Presidentes que se fazem a eles próprios, os jornais não fazem Presidentes. Andam aí alguns que querem fazê-los. Mas não fazem, o Povo é que faz os Presidentes, com o seu voto, democraticamente. E, por isso, é bom que alguns se convençam desta teoria, que é a teoria da política verdadeira. Quando o tempo chegar, o Povo o dirá.

Mas, sobre o quadro de pessoal, queria dizer que este permitirá uma maior facilidade na gestão desta “casa”. O Sr. Presidente da Junta de Vila Franca deu um bom exemplo pois, quando se referiu a quatro meses para a execução de um ramal de água, pode significar que, durante um ano, haja necessidade de contratar mais um canalizador para resolver esse problema. Mas, ao fim de um ano ou de dois anos, pode não haver trabalho para esse funcionário e, então, é negativo estar a utilizar dinheiros públicos para pagar o salário a uma pessoa que não produz. A não ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que haja aqui quem defenda política contrária. E, se há quem defenda que um trabalhador que não produz deve receber um salário, então o que eu disse não vale absolutamente nada.

Portanto, este quadro de pessoal tem a ver com uma agilização de processos. E também tem a ver com outra coisa: enquanto que no quadro de pessoal de provimento definitivo nós tínhamos, por exemplo, um arquitecto, um engenheiro, um sociólogo, neste quadro não temos especificação, temos só técnicos superiores. E o gestor fica com a possibilidade de contratar técnicos superiores e técnicos consoante as áreas em que forem necessários para o funcionamento dos serviços. Assim, não há necessidade de manter trabalhadores, pagando-lhes o salário sem produzirem. Essa é a política que eu defendo. Eu revejo-me no indivíduo, no trabalhador e o trabalhador como uma forma de realização pessoal e profissional. Se não produz, não pode estar a realizar-se. E é nesta perspectiva e com esta perspectiva que aparece esta proposta.

Além disso, o facto de haver lugares no quadro não significa que vá haver o provimento de todos; a admissão de pessoal deve ser feita em conformidade com o que é a necessidade em cada momento. Este quadro de pessoal vai, assim, dar maior liberdade de acção a quem estiver aqui a gerir a autarquia. Aliás, como sabem, a partir de Janeiro de dois mil e sete não poderá haver mais admissões para os quadros de provimento definitivo.

Nesta matéria, ou efectivamente vemos ao longe e modernizamos um sector que precisa de ser modernizado ou, então, mais vale “fechar as portas” e “fazer o balanço”. “

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis para fazer a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente: o problema é que há quem esteja a ver é à frente e quem queira que a gente só veja para trás.. O que está a acontecer é que as pessoas não são peões; não se mexe nas pessoas assim. Mas, quem é que tem legitimamente o poder de mexer assim com a vida das pessoas? Lá vai o tempo em que “as pessoas é que contam” e “as pessoas e primeiro lugar”! Lembram-se desse tempo e de quem dizia isso? E agora é nada, é arrasar os direitos dos trabalhadores, precarizar os vínculos laborais.

A diferença é exactamente esta: é que nós estamos a ver à frente e as pessoas não são peças de xadrez para se mudarem ao bel-prazer nem do Primeiro-Ministro nem do Presidente da Câmara.”

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não “dispõe das pessoas nem pretende dispor”; apenas pretende ter funcionários ágeis, eficazes e que prestem bons serviços aos munícipes.

Terminadas as intervenções sobre este assunto, foram colocadas à votação as propostas da Câmara Municipal do Quadro de Pessoal em Regime de Emprego Público, do Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e dos Regulamentos Internos do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado e de Recrutamento e Selecção do Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovadas por maioria, com três votos contra e três abstenções.

Em seguida, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais nada a tratar e sendo zero horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Carlos Teixeira da Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____